



# SENADO FEDERAL

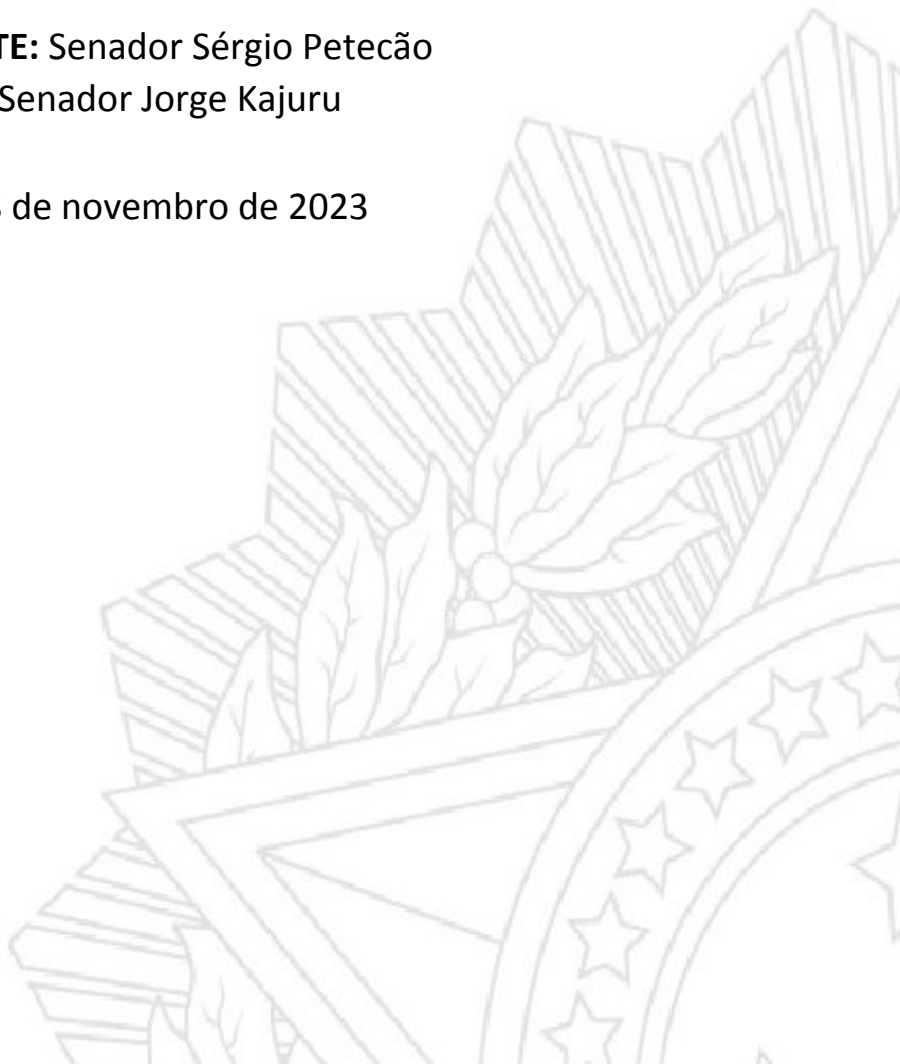
## PARECER (SF) Nº 31, DE 2023

Da COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, sobre o Projeto de Lei nº 2581, de 2023, do Senador Sergio Moro, que Esta Lei disciplina instrumentos de proteção, incentivo e recompensa a informantes que noticiem crimes ou atos ilícitos no mercado de valores mobiliários ou em sociedades anônimas de capital aberto; e altera a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, para prever obrigações às sociedades anônimas de capital aberto a fim de garantir a integridade de suas demonstrações contábeis e financeiras.

**PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão

**RELATOR:** Senador Jorge Kajuru

28 de novembro de 2023





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador JORGE KAJURU

## PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, sobre o Projeto de Lei nº 2.581, de 2023, do Senador Sergio Moro, que *disciplina instrumentos de proteção, incentivo e recompensa a informantes de boa-fé que denunciem crimes ou atos ilícitos em sociedades anônimas de capital aberto*.

RELATOR: Senador **JORGE KAJURU**

### I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão para exame, com base no art. 104-F, I, *l*, do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei (PL) nº 2.581, de 2023, de autoria do Senador Sergio Moro, que *disciplina instrumentos de proteção, incentivo e recompensa a informantes de boa-fé que denunciem crimes ou atos ilícitos em sociedades anônimas de capital aberto*.

O PL prevê, de forma sucinta, que: a) o informante é a pessoa que noticia voluntariamente a ocorrência de crime ou ato ilícito no mercado de valores mobiliários ou em sociedades anônimas de capital aberto, e que terá sua identidade protegida, isenção de responsabilidade jurídica em caso de improcedência do relato, salvo má-fé, e proteção contra retaliações de qualquer natureza; b) o relato do informante deve ser corroborado por outras provas para condenação (processo judicial) ou punição (processo administrativo); c) a retaliação ao informante constitui falta disciplinar grave (administração pública); justa causa para exoneração (setor privado); e infração punível pela CVM conforme legislação, e dá direito a indenização em dobro por eventuais danos; d) a recompensa será de 10% a 30% do valor das multas administrativas aplicadas; do valor do produto do crime/ilícito recuperado; ou do valor da fraude ou prejuízo provocado ao mercado, quando aferível, a ser pago com recursos do Fundo de Direitos Difusos; e, para a fixação do valor, será levado em consideração a novidade e a utilidade do relato, a colaboração com os órgãos competentes, a gravidade da infração, e os danos resultantes para o

mercado e eventual envolvimento do informante no crime ou ilícito; e) o pedido de recompensa será autuado em separado, apenas após a conclusão do processo administrativo ou judicial; e, por fim, f) tipifica os crimes de indução a erro no mercado de capitais, fraude contábil e de destruição de documentos, prevendo como efeitos da condenação a inabilitação para exercer a atividade até o máximo de 20 anos.

Na Justificação, o autor menciona a fraude contábil das Lojas Americanas, o que indicaria ser a legislação precária e insuficiente. O autor lembra que no início dos anos 2000 houve vários escândalos corporativos nos Estados Unidos, como a fraude contábil na Enron, e a reação na legislação norte-americana foi imediata com a edição do Sarbanes-Oxley Act, em 2002, cujo objetivo era o de proteger investidores e restaurar a confiança nos mercados financeiros, aumentando a transparência dos relatórios contábeis, bem como proteger informantes que denunciam fraudes corporativas.

A proposta recebeu parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com a aprovação de 14 emendas.

Não foram oferecidas emendas nesta Comissão até o momento.

## II – ANÁLISE

Conforme pesquisa rara sobre crimes do colarinho branco, apresentada pelo advogado e professor de direito penal Francis Beck, no II Congresso Luso-Brasileiro de Criminalidade Econômico-Financeira, em 2014, nunca os crimes de colarinho branco foram tão punidos no Brasil quanto nos primeiros anos do século XXI. De 2000 a 2012, o número de condenações por esses crimes saltou de 44 para 325 — aumento de 638%. Segundo a pesquisa, de 1987 a 1995 teriam sido apenas 6 condenações em mais de 682 casos investigados nos tribunais superiores e regionais federais.

Os últimos anos, contudo, têm testemunhado a reversão de julgamentos importantes nessa seara.

Oportunamente vem o PL nº 2.581, de 2023, para oferecer incentivos para aumentar essas condenações. A nosso ver, trata-se de contribuição importante para o aperfeiçoamento da legislação.

A matéria foi bem analisada pela CAE, que não se ateve apenas aos aspectos econômicos, mas tratou também dos aspectos jurídicos da proposta.

Concordamos com toda a análise feita naquela Comissão e com os aperfeiçoamentos propostos por meio das emendas. As contribuições da CVM se mostraram valiosas.

### **III – VOTO**

Em razão de todo o exposto, somos pela aprovação do PL nº 2.581, de 2023, pela rejeição das Emendas nº 1-T e 2-T, e pela aprovação das Emendas nº 3 a 16-CAE.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



**Relatório de Registro de Presença**  
**CSP, 28/11/2023 às 11h - 38ª, Extraordinária**  
**Comissão de Segurança Pública**

| Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB) |          |                              |          |
|---|----------|------------------------------|----------|
| TITULARES   |          | SUPLENTE                     |          |
| SERGIO MORO   | PRESENTE | 1. PROFESSORA DORINHA SEABRA | PRESENTE |
| EFRAIM FILHO  | PRESENTE | 2. IVETE DA SILVEIRA         |          |
| EDUARDO BRAGA   |          | 3. STYVENSON VALENTIM        |          |
| RENAN CALHEIROS   |          | 4. LEILA BARROS              | PRESENTE |
| MARCOS DO VAL   | PRESENTE | 5. IZALCI LUCAS              | PRESENTE |
| WEVERTON  |          | 6. SORAYA THRONICKE          | PRESENTE |
| ALESSANDRO VIEIRA   |          | 7. CARLOS VIANA              |          |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD) |          |                     |          |
|---|----------|---------------------|----------|
| TITULARES   |          | SUPLENTE            |          |
| OMAR AZIZ   |          | 1. LUCAS BARRETO    |          |
| SÉRGIO PETECÃO  | PRESENTE | 2. ELIZIANE GAMA    |          |
| OTTO ALENCAR  |          | 3. ANGELO CORONEL   |          |
| VAGO  |          | 4. NELSON TRAD      | PRESENTE |
| ROGÉRIO CARVALHO  |          | 5. JACQUES WAGNER   | PRESENTE |
| FABIANO CONTARATO   |          | 6. AUGUSTA BRITO    | PRESENTE |
| JORGE KAJURU  | PRESENTE | 7. ANA PAULA LOBATO |          |

| Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) |          |                             |          |
|--|----------|-----------------------------|----------|
| TITULARES                              |          | SUPLENTE                    |          |
| FLÁVIO BOLSONARO                       | PRESENTE | 1. ASTRONAUTA MARCOS PONTES | PRESENTE |
| JORGE SEIF                             |          | 2. MAGNO MALTA              | PRESENTE |
| EDUARDO GIRÃO                          | PRESENTE | 3. JAIME BAGATTOLI          |          |

| Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) |          |                       |          |
|--|----------|-----------------------|----------|
| TITULARES                                    |          | SUPLENTE              |          |
| ESPERIDIÃO AMIN                              | PRESENTE | 1. DAMARES ALVES      | PRESENTE |
| HAMILTON MOURÃO                              | PRESENTE | 2. LUIS CARLOS HEINZE | PRESENTE |

**Não Membros Presentes**

CLEITINHO  
VANDERLAN CARDOSO  
WILDER MORAIS  
ZENAIDE MAIA  
PAULO PAIM

## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PL 2581/2023)**

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, ENCERRADA A DISCUSSÃO, COLOCADO EM VOTAÇÃO, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER, FAVORÁVEL AO PROJETO E ÀS EMENDAS NºS 3 A 16-CAE-CSP, E CONTRÁRIO ÀS EMENDAS NºS 1-T E 2-T.

28 de novembro de 2023

Senador SÉRGIO PETECÃO

Presidente da Comissão de Segurança Pública